

☐ REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: IEFP - fim da impunidade para os patrões que obrigam estagiários a devolver parte do salário

Destinatário: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), segundo informação disponível no site: “*é o serviço de emprego nacional*” e “*tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas activas de emprego, nomeadamente de formação profissional*”. Assim, incumbe ao IEFP garantir uma importante tarefa social do Estado.

Conforme notícias avançadas na imprensa e denúncias que foram chegando ao grupo parlamentar do Bloco de Esquerda os estágios promovidos pelo IEFP estão a ser objeto de práticas fraudulentas que urge repudiar e combater.

Segundo informação apurada e disponibilizada pelo Jornal de Notícias a 22 de agosto de 2016 “*há muitos patrões que não só exigem aos jovens estagiários que lhes devolvam a comparticipação da empresa no salário (que oscila entre 20% e 35%), como ainda lhes impõem que sejam eles a pagar a taxa social única (23,75%) que corresponde à entidade empregadora. Ou seja, dos 691 euros ilíquidos mensais que um estagiário com licenciatura recebe, até 400 podem acabar, por debaixo da mesa, nas mãos dos empresários que os contratam. Em causa poderão também estar eventuais delitos de natureza fiscal, uma vez que as empresas declaram essas despesas com pessoal, conseguindo os respetivos benefícios em termos de IRC, mas recebem o dinheiro de volta, desta vez sem o declarar ao Fisco.*”

No que toca aos grupos mais atingidos pelo fenómeno o jornal indica que “*nos setores mais afetados pela crise económica: arquitetura, pequeno comércio, psicologia e advocacia, entre outros*” esta prática será mais utilizada. Apesar de não terem sido formalizadas denúncias ao IEFP, e de várias ordens profissionais destes setores afirmarem desconhecer esta prática a verdade é que a Ordem dos Psicólogos já terá inclusivamente apresentado um plano para a combater “*pelo que há três anos criou uma equipa de trabalho para vigiar as 3500 entidades com quem a Ordem tem acordos para receber estagiários*”.

Esta prática fraudulenta perverte em absoluto os objetivos preconizados pelos estágios promovidos pelo IEFP e radica numa tentativa de, através de práticas ilícitas, fugir ao fisco penalizando, de forma gravosa, os estagiários que, pela situação fragilizada em que se encontram, temem denunciar.

Acresce a isto que, no dia 22 de abril de 2016, foi publicada em Diário da República uma Resolução da



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República (Resolução n.º 90/2016), apresentada pelo Bloco de Esquerda, que determina que “A ACT fiscalize todas as denúncias relativas ao não reconhecimento da existência de contrato de trabalho, incluindo: a) A utilização indevida de medidas de inserção profissional como os estágios profissionais apoiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.”. Na sequência desta Resolução, cabe ao Governo alterar a Lei Orgânica da ACT para dar cumprimento à decisão do Parlamento.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que medidas pretende encetar com vista a efetuar um levantamento de situações de fraude nos estágios profissionais do IEFP?
3. De que forma pretende prevenir, fiscalizar e combater fraudes nos estágios profissionais do IEFP?
4. Como pretende instar o IEFP a atuar sobre as situações identificadas de fraude, responsabilizando as partes envolvidas e garantindo o ressarcimento dos estagiários penalizados em virtude dessas práticas?
5. Quando vai o Governo proceder à alteração da Lei Orgânica da ACT de modo a incluir no seu âmbito de atuação a fiscalização dos estágios?

Palácio de São Bento, 25 de agosto de 2016.

O deputado

José Soeiro